

**• Assembleia Ordinária ° • Conselho Estadual dos Direitos da Mulher • 13/06/2015 • CEDM**

1. -Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de 2015,á 8h 50min em primeira convocação,na Sala de reuniões do 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS, sita no Palácio das Araucárias, a rua Jacy Loureiro de Campos s/nº-Bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início à Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM,para a qual as Conselheiras foram previamente convocadas. No seu papel, a Conselheira Presidente Rafaela Lupion M. Cartergiani (Casa Civil), procedeu a abertura formal deste evento, saudando as Conselheiras já presentes no plenário, a saber :- Maria Lucia Gomes (ASSEMPA), Anacelie de Assis Azevedo (SENDIPETRO-PR/SC,Rosalina Batista) (ASSEMPA), Rafala Lupion M. Cartergani (Casa Civil), Eunice Viera Bonome (Secretaria de Estado de Segurança Publica), Rosane Maciel (Casa Civil), Eliana Maria dos Santos (CUT), Melissa Colbert Bello (Secretaria de Estado de Educação), Josiane Ferreira Liz (Federação de Mulheres do Paraná) -Visitantes:-Maria das Graças Moraes (SEED), Adrielle B. Cruz (SESP), Roseli Isidora(Secretaria Municipal da Mulher-Curitiba), Camila Mafioletti Daltoi (Ministério Público -CAOPIDH), Dra. Mariana Bazzo (Promotora de Justiça), Marisa Lobo(OBME), Sra. Marilda (Gabinete da Deputada Mara Lima), Ilza Maria Leprevost Bley (PIP), Thais Regina de Lima (PIB_Curitiba), Lirani Maria Franco (CNTE/APP). Concluída a auto-apresentação a Presidente Rafaela declarou aberta a sessão procedendo a leitura da pauta do dia. Definiu-se que seriam reservados 15 minutos destinados às atividades das Comissões. Já na sequência, a Conselheira Anacelie de Assis Azevedo-(SINDIPETRO-PR/SC) lembrou que na última assembleia foi acordado que na Câmara Técnica haveria um permanente acompanhamento à questão dos ônibus. • Registrada a chegada da Coordenadora da Política da Mulher, Terezinha Beraldo Pereira Ramos, da colaboradora Marli Vaz Mussulini (SEDS), integrante de outros Conselhos e da residente técnica Mayara (NAJA). Conforme deliberado por esse Colegiado, a Coordenadora Terezinha informou ter sido feito contato com a Secretária Municipal de Curitiba, Roseli Isidoro, formalizando um convite para participar desta plenária. Devido a outros compromissos agendados e uma viagem a Brasília, a Secretária Roseli Isidoro declinou do convite, informando que se fará presente numa próxima ocasião. Enquanto algumas Conselheiras enfatizavam a necessidade de manter a questão dos ônibus como pauta permanente, adentrou no recinto a Sra. Secretária Municipal ,Roseli Isidoro. Diante do fato, o Colegiado definiu que as atividades das Comissões se efetivariam ao final da plenária. • **Após leitura, aprovada a pauta do dia. • Aprovada a ata referente à Assembleia de maio/2015.** • Registrada a presença das Sras. Marisa Lobo -OBME e Elisamara Goulart (visitantes)• **Informes da Secretária Executiva – Alda Imthurm.** Informes Reunião de 23 de junho/2015 1.Recebimento do ofício 069/2015-GS/SEET de 25 de maio de 2015 da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, Protocolo nº13.629.495-4,solicitando a substituição da Conselheira Suplente Camila Firman, pela servidora Josiane do Rocio Vieira Guimarães. (Decreto 1635) 2.Recebimento do Ofício Circular nº 002/2015 de maio de 2015 do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, Protocolo nº13.633.859-5, solicitando informações sobre usuário idosos na composição do CEDM. 3. Enviado o Ofício N° 002/2015- CEDM de 3 de junho de 2015 à Dra. Ana Lucia Barranco Licheski Procuradora do Ministério Público do Trabalho,solicitando informações sobra os acidentes de trabalho no Frigorífico Big Frango de Rolândia. 4. Enviado o Ofício nº 004/2015 -CEDM de 09 de junho de 2015 ao pres. da Câmara Municipal de Curitiba, Ver. Ailton Araújo, reiterando o solicitado no ofício 001/2015-CEDM de 14 de abril de 2015, sobre o projeto de Lei nº 005.00038.201. 5. Recebimento de e-



49 mail justificando a ausência das seguintes conselheiras: Elaine Galvão (Rede Feminista
50 de Saúde), Fabiana Roque Nogueira- Mãe Bia (Ylê Axé Ópo Omim), Angelina Balaguer
51 (SEEC), Adriana Porto Seus (SEET) e Josiane Guimarães (SEET) • Registrada a
52 chegada da representante do Núcleo Jurídico da SEDS, Dra. Danielle Vieira. • **Informes**
53 **da Comissão Organizadora da IV Conferencia Estadual da Mulher**. A coordenadora da
54 Política da Mulher na SEDS, Terezinha Beraldo Pereira Ramos relatou já ter ocorrido a 1.º
55 reunião dessa Comissão, quando foi elaborado o Regulamento com as devidas
56 alterações. O documento já foi analisado pelo Núcleo Jurídico, sendo encaminhado à
57 Casa Civil, aguardando assinatura do Governador. Já na sequência foram, trabalhados os
58 eixos, a programação, sendo pinçadas as prioridades. Foi planejada uma mesa redonda
59 paritária composta por 4 pessoas. Temas como a participação de mulheres na política,
60 igualdade na questão racial e diversidades. Comunicou-se que as datas escolhidas para
61 esse evento foram 4-5 e 6 de dezembro e a busca por espaços públicos ou privados, com
62 capacidade para abrigar cerca de 600 pessoas, está sendo bastante difícil. A Conselheira
63 Eliana Maria dos Santos representante da CUT, considerou que as reuniões desta
64 Comissão tem sido muito produtivas; avaliou que a formalização dos convites deverá ser
65 levada a efeito, informando que para as outras mesas já se tem indicações para os
66 palestrantes, a exemplo da representantes da Marcha Mundial para as Mulheres. No
67 momento seguinte, a palavra foi dada para a Secretária Municipal Roseli Isidoro. Que de
68 início estendeu seus cumprimentos à Presidente Rafaela e Coordenadora Terezinha.
69 Seguiu relatando das suas dificuldades em comparecer nesta plenária, para abordar as
70 questões referentes às unidades móveis. Formalizou um convite dirigido a todo o
71 Colegiado, para participar da Conferência de Curitiba, evento esse já sendo divulgado
72 através de cartazes e folderes apresentados. Com relação as Unidades móveis, colocou-
73 se ao dispor para numa próxima reunião apresentar toda a metodologia. Realçou que as
74 Conferencia Regionais de Políticas para as Mulheres acontecerão nas seguintes micros:-
75 Matriz, Sta. Felicidade, Portão e Boa Vista (24/07/2015), Pinheirinho, Tatuquara e CIC
76 (15/08/2015), Boqueirão, Cajuru e Bairro Novo (29/08/2015), A Presidente Conselheira
77 Rafaela Lupion Cartergiani agradeceu esta visita, antevendo a possibilidade e unirem as
78 forças em benefício desta política. No seu papel, a Conselheira Rosalina Batista
79 representante da ASSEMPA informou que a Conferência de Londrina adequou a sua
80 realização para 12/09 em meio período. Alguns segmentos ainda não conseguiram se
81 mobilizar, tais como reservas indígenas, (com uma pré-conferência), trabalhadora rural (a
82 cargo da Emater), três cooperativas recicladoras dirigidas por mulheres. Os outros
83 Municípios da Regional de Londrina serão mobilizados para realizarem pré-conferências,
84 trazendo após as propostas. A Comissão Organizadora fará uma reunião com o Escritório
85 Regional e a 17º Reg. de Saúde. • **Fala a Psicóloga Maria Tereza Rosa, sobre o**
86 **atendimento as mulheres em situação de Violência e imigrantes na Agencia do**
87 **Trabalhador de Curitiba**. Fazendo um retrospecto, a profissional relatou que estas
88 mulheres chegam para serem encaminhadas ao mercado de trabalho, sendo fundamental
89 que se faça um resgate. O primeiro passo é o acolhimento, fazendo-se um relato sobre as
90 expectativas do mercado de trabalho. Essa clientela possui baixa escolaridade e quase
91 nenhuma qualificação profissional. Quando existe esse imperativo, encaminha-se para os
92 cursos de qualificação disponíveis; o próprio PRONATEC ou instituições parceiras, para
93 propiciar a oportunidade de acessarem o mercado de trabalho. No seu momento, a
94 Conselheira Rosalina mostrou-se satisfeita com as abordagens e pontuou o trabalho
95 realizado com as associações filiadas à ASSEMPA, que congrega cerca de 60 mil
96 habitantes (assentamentos). Os cursos disponibilizados não coadunam para essas



97 mulheres, já que não possuem escolaridade. Uma parceria foi realizada com a UEL
98 visando o curso de trabalhadora doméstica. Outra situação com a qual se defronta é a
99 mulher acima de 40 anos que necessita de espaços para se qualificar, gerando um outro
100 perfil de exclusão. Preocupa-se com a necessidade dessa clientela receber um
101 tratamento digno, inclusive com equiparação salarial. Na sequência, a psicóloga Maria
102 Tereza Rosa ressaltou que na Agência do Trabalhador, o público é maciçamente feminino,
103 justamente mulheres que entendem necessitar de qualidade profissional. Referiu-se ao
104 atendimento prestado as mulheres migrantes, na sua grande maioria haitianas, que já
105 sofre determinada violência ao saírem do seu país, enfrentando uma longa viagem com
106 rumo incerto. Ao serem acolhidas, recebem o devido encaminhamento e às vezes até
107 uma consulta ao microcrédito, buscando um pequeno negócio. Inserida na discussão,
108 pediu um espaço a Conselheira Melissa Colbert Bello relatando ser professora (SEED)
109 atuando na questão pedagógica na Coordenadoria de Gênero e Diversidade Sexual.
110 Contribuindo na estruturação do eixo no Plano, relatou ter tido um amplo diálogo interno
111 com cerca de 600 funcionários. Através de algumas reuniões com o Departamento de
112 Educação e Trabalho, olhou-se para a escolarização deste público. Outros contatos ainda
113 aconteceram com o Departamento de jovens e adultos, a exemplo de meninas que se
114 afastaram da escola, por conta de gravidez na adolescência. A verdadeira intenção é
115 aproximar as duas Secretarias e mapear as demandas é o principal desafio. • **Registrada**
116 **a chegada da Promotora de Justiça, Dra. Mariana S. Bazzo, Coordenadora do**
117 **Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (NUPIGE), do Centro de Apoio**
118 **Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do MP-**
119 **PR.** Na sequência, foi a vez da visitante Marisa Lobo-OBME, presidente de uma
120 Organização Mundial de Mulheres Empresárias. Trata-se de um segmento que escolhe
121 mulheres empresárias, visando investir nas empreendedoras. Ressaltou que neste ano
122 foram escolhidas 40 mulheres que receberão recursos para suas empresas, sendo que
123 30% desses deverão ser investidos em programas que tragam benefícios. Esclareceu que
124 10 projetos foram selecionados e tiveram de apresentar cinco programas em expansão.
125 Já no mês de novembro receberão essa verba e será necessário constituir um Conselho
126 para administrar e investir na capacitação. No momento seguinte, a Conselheira Anacelie
127 de Assis de Azevedo, representante do SINDPETRO PR/SC, dirigiu-se à psicóloga Maria
128 Tereza pontuando que o seu segmento possui uma Comissão que trata da mulher
129 trabalhadora. Questionou se as mulheres que se apresentam na Agência são mapeadas
130 no que se refere a filhos. Afirmou que essa medida é necessária, podendo ser utilizado
131 um questionário que revelará esse perfil. Colocou-se ao dispor para colaborar, já que a
132 falta de creches é flagrante há muito tempo. A palestrante Maria Tereza declarou que o
133 atendimento dessas mulheres é triado pelo Centro de Referências, sendo assim na
134 ocasião na qual estão obrigadas, esse espaço servirá como creche nos três primeiros
135 meses. Ao saírem, o próprio Centro auxilia na procura dessas Creches. A Servidora Marli
136 Vaz Mussulini, da coordenadoria de Relações do Trabalho-SEDS, destacou que na
137 formatação do Plano Estadual, houve a preocupação em mostrar que se faz algo pelas
138 mulheres, encaminhando-as para a necessária capacitação. Ainda foi citado pela
139 psicóloga que em relação aos dados apresentados, o número de Mulheres que chegam a
140 esse serviço é pequeno, uma vez que essa clientela se envergonha de já sofrer violência
141 doméstica. Foi informado pela Conselheira Eliana dos Santos (CUT), ter ela tomado
142 ciência da dificuldade existente, em fazer a interrelação entre as Secretarias de Estado.
143 No Estado, são disponibilizados cursos técnicos profissionalizantes, porém essa ação
144 não é divulgada, na maioria indo para o Sistema S. Fez um apelo à Secretaria do



145 Trabalho para que medidas sejam tomadas, já que é flagrante a discriminação sofrida
146 pelas mulheres haitianas. Retomando, a psicóloga relatou que os cursos técnicos são
147 bem divulgados, no entanto o público ainda prioriza algo mais rápido, na verdade uma
148 cultura que precisa ser mudada. Numa sequência de ideias, a psicóloga Maria Tereza
149 colocou que faz parte do Conselho Estadual do Migrante e ficou incumbida de trazer o
150 Plano para ser distribuído. Informou que este Conselho tem assento no Departamento de
151 Direitos Humanos. Foi citado por ela que atualmente, a capilaridade é de 220 Agências do
152 Trabalhador no Paraná para esse atendimento. Felizmente ocorreu a fusão com a
153 Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social- SEDS e os Escritórios
154 Regionais apaziguaram algumas questões, para levar ao interior esse tipo de
155 atendimento. Visitando esse Colegiado, a Sra. Promotora da Justiça, Dra. Mariana
156 Bazzo, Coordenadora do NUPIGE, pontuou que os Promotores necessitam de um Serviço
157 semelhante. Essas informações serão úteis e deverão ser repassadas as demais
158 Promotorias De maneira oportuna, a Presidente Rafaela Lupion Cartegiani(Casa Civil)
159 informou que ao compor o Comitê de Refugiados, tomou ciência que o Estado do Paraná
160 assume uma posição invejável por ser 1º Estado a criar esse segmento. Recebe-se
161 constantemente, caravanas de ônibus, trazendo esse público e a Assembleia Legislativa
162 apresenta uma segurança jurídica que busca atender este público com dignidade e
163 respeito. Dando um suporte, a Conselheira Regina Bley representante da SEJU, pontuou
164 que dias atrás houve o lançamento da Rede de Serviços de Atendimento ao Migrante,
165 capitaneado pela Universidade Federal do Paraná. Existe um guia de serviços e trata-se
166 de uma realidade que o Paraná está enfrentando, com um Comitê constituído desde
167 2012; de qualquer sorte, são questões que precisam ser aprofundadas, no que se refere
168 as mulheres. Completando, a Coordenadora da Política da Mulher da SEDS, Terezinha
169 Beraldo Pereira Ramos compartilhou ter sido gestora no Município de Maringá, e lá essa
170 política já era trabalhada em parceria com a Agência do Trabalhador, através de 3 pólos
171 de atendimento. Com maquinário de ponta, as mulheres que de lá saíram, já eram
172 encampadas pela Agência do Trabalhador. Tal programa se mantém há 11 anos porque a
173 demanda é inesgotável, o empoderamento econômico é fundamental e a interrelação
174 com as Secretarias já está sendo feita. A Visão não pode ser local e sim alargar os
175 horizontes. A Secretária Municipal concordou que a autonomia econômica é fundamental
176 e comentou o atraso ocorrido com a unidade da Casa Curitiba, pois são 5 obras a serem
177 inauguradas. Sugeriu que a Câmara Técnica efetue discussões específicas sobre a
178 autonomia econômica, trabalhando com as potencialidades a serem identificadas nas
179 vítimas de violência. O tema polêmico acabou suscitando alguns questionamentos por
180 parte da plenária. Como a mulher sente dificuldade em conseguir trabalho dentro da sua
181 profissão, são elas auxiliadas a buscar a oferta de outro curso? Dentro desse perfil geral
182 das mulheres, conseguiu-se fazer um recorte de cor e raça? A psicóloga Maria Teresa
183 concordou que a mulher migrante passa por esta dificuldade: nem sempre chegam ao
184 Brasil com fluência no português, que se torna o primeiro entrave. Com relação à
185 escolarização, elas trazem alguma competência. Hoje, dos cerca de 50 haitianos que
186 procuram a Agência, 20 são mulheres. Trabalha-se a validação dos diplomas e daí
187 receber o apoio valoroso da Secretaria de Educação. Com relação à 2ª pergunta, pontuou
188 que é feito o recorte de raça nesse atendimento e apenas 5% foram mulheres negras. Por
189 outro lado, tem outros fatores que vem intimidando esse acesso. Como representante do
190 Conselho Municipal de Londrina, a Conselheira Rosalina Batista (ASSEMPA), ser
191 necessário tornar esse trabalho visível. Na questão da saúde dessas mulheres, viu como
192 fundamental o papel da Sociedade Civil. Às vezes as capacitações são realizadas em
193 cima daquilo que os técnicos acham, nem sempre aquilo que a clientela almeja. A



194 Conselheira relatou ser originária de Minas Gerais, donde saiu com 16 anos; passou por
195 discriminação de toda sorte. Considerou ser necessário trabalhar com ações que
196 valorizem as mulheres dos Municípios pequenos. Para se obter um controle social mais
197 adequado, deve haver um maior comprometimento em informar o Conselho sobre a real
198 situação da população que chega. Pela importante explanação, a Presidente Rafaela
199 transmitiu agradecimentos à Psicóloga Maria Teresa Rosa. • **Item 7- Apresentação-**
200 **"Ações da Emater com as trabalhadoras Rurais do Vale da Ribeira Técnica Jussara**
201 **Fátima Ribeiro e Jussara Dresh" -"Cidadania, renda e qualidade de vida".** O Conselho
202 da Mulher, nessa oportunidade, vivenciou uma oportunidade ímpar ao assistir a preleção
203 da extensionista Jussara, da equipe técnica da Emater. Assistente Social de formação ,
204 Jussara Dresh informou que a Emater tem responsabilidade sobre diversas ações
205 constantes do Plano. Hoje, com Escritórios Regionais em todos os Municípios, conta-se
206 com 88 grupos atuando especificamente com mulheres. Clareou que o Vale do Ribeira é
207 a região com o menor IDH, abrangendo os Municípios de Doutor Ulisses, Tunas,
208 Adrianópolis, Cerro Azul, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, com comunidades isoladas que
209 para serem atingidas, leva-se cerca de 4 horas de viagem, sem estradas e pontes. Sem
210 qualquer atendimento na área de educação e saúde, 240 mulheres são cuidadas, vivendo
211 em pobreza extrema e atendidas dentro de uma Igreja. Quando se reúnem 30 mulheres,
212 conta-se com a presença de 40 crianças! É de se informar que foram construídas apenas
213 5 casas do PNHR, ação essa dificultada pela falta de documentos. No artesanato, utiliza-
214 se a matéria-prima regional que é a argila, e os cursos chegam através do SENAR.
215 Trabalha-se com a agroindústria e nessa convivência detecta-se todo o tipo de violência.
216 Comentou que os CRAS não possuem equipe de profissionais e uma Assistente Social
217 vem a ser responsável pelo atendimento a sete cidades, atendendo ainda os povos
218 tradicionais. Atualmente, todas as casas possuem luz solar, com placas instaladas pela
219 COPEL. Ao final, a Presidente Rafaela Lupion Cartergiani agradeceu à equipe presente
220 da Emater, enaltecendo a postura gigante e a árdua luta encetada pela extensionista
221 Jussara Dresh, no desempenho das suas funções. Emocionada, a Coordenadora da
222 Política da Mulher, Terezinha Beraldo P. Ramos parabenizou o Conselho por esta ocasião
223 que oportunizou conhecer importantes ações realizadas e que não aparecem. É comum
224 as pessoas se apegarem somente aos indicadores negativos que acabam não
225 demonstrando aquilo que é desenvolvido de forma exitosa. O chavão costumeiro é que o
226 Governo nada faz e quando se provoca pessoas comprometidas, os resultados começam
227 a ter visibilidade. A Coordenadora Terezinha afirmou sentir-se inserida nessas ações e já
228 no dia 29 participará de reunião com a Emater e a FETAEP, e manifestou seu desejo que
229 em setembro/outubro, as unidades móveis possam estar rodando em todo o Estado. O
230 trabalho desenvolvido nos últimos 4 anos, na verdade transformou a realidade das
231 mulheres paranaenses. Considerou fundamental que o Estado tenha esse olhar de
232 gênero, dando condições para que essa ação transformadora seja desenvolvida. Afirmou
233 desejar fazer esse registro, enquanto a questão dos CRAS será pautada na Câmara
234 Técnica. Dando uma atenção especial ao assunto a Conselheira Maria Lúcia Gomes
235 (ASSEMPA) mostrou-se tocada pela apresentação da Emater. Garantiu ser mais fácil
236 discutir os problemas das mulheres do asfalto. Agradeceu o comprometimento desses
237 profissionais, solicitando ao Ministério Público que olhasse mais por essa região,
238 especialmente no que se refere à regularização de documento de terras. Esclareceu
239 ainda que a sua entidade (ASSEMPA) não recebe verbas públicas, trabalhando
240 especificamente com parcerias. Por sua vez, a Conselheira Rosalina Batista expressou o
241 seu pedido, no sentido de que essas ações possam ser estendidas às demais regiões do



242 Estado, especialmente cursos na área de Saúde para as 22 Regionais. Na sequência, foi
243 a vez da Conselheira Eunice Vieira Boname, delegada representante da Secretaria de
244 Segurança Pública-SESP. Essa parabenizou a Emater, pela qualidade das ações
245 desenvolvidas e concordou ser necessário que o Ministério Público auxilie de forma
246 efetiva, a regulamentar a documentação dos imóveis. Diante do exposto. A Conselheira
247 Eliana Maria dos Santos(CUT) reiterou os cumprimentos apresentados, deixando
248 evidente que as ONGS tem responsabilidade pelos projetos parciais, mas a totalidade,
249 objetivando agregar as mulheres para essa IV Conferência Estadual. Compartilhou com a
250 plenária que a Marcha Mundial das Margaridas acontecerá nos dias 11 e 12 de julho. Foi
251 comentado que no passado elaborou-se um estudo sobre o Vale do Ribeira e nada
252 mudou! Caso a Unidade Móvel estivesse em funcionamento, poderia estar lá e no interior
253 do Estado, beneficiando mulheres das florestas, das águas, do campo. Colocou-se ainda
254 ao dispor, para organizar um debate com mulheres, abordando a IV Conferência. Abrindo
255 um espaço, a Conselheira Regina B. Bley (SEJU) reiterou o que já foi colocado.
256 Reforçando os cumprimentos à Emater. Realmente, a preocupação deve existir, não
257 somente com os Centros Urbanos. Esclareceu que a Secretaria de Justiça e Direitos
258 Humanos não abriga o Conselho Estadual dos Povos Indígenas, mas também dos Povos
259 Tradicionais e com esses, é flagrante as dificuldades existentes no que se refere às
260 dificuldades de comunicação e mobilidade. Julgou procedente planejar uma forma de dar
261 voz aos povos faxinalenses, ribeirinhos, pescadores artesanais e outros, possibilitando
262 que estejam representados. Demandou também a necessidade de trazer esse trabalho
263 da Emater diretamente dirigido para o Conselho de Povos Tradicionais. A visitante Marisa
264 Lobo (Mulheres empresárias) comentou que esta mobilização poderá utilizar a
265 participação voluntária das igrejas. Muitas pessoas organizaram grupos de ajuda para as
266 mulheres, levando esse conhecimento. Fala-se muito em preconceito, mas é possível
267 trabalhar sem interferir na fé. Entendendo essa luta, muitos jovens organizam arrastões,
268 utilizando-se de caminhões com equipes de médicos e odontólogos, ao dispor dessas
269 comunidades. Foi lembrado oportunamente, que existe um decreto presidencial regendo
270 as questões dos povos tradicionais. Exemplificou-se que atuar com esse segmento requer
271 paciência, visitando-os em pequenos grupos. Entre tantas afirmações, a fala da
272 Coordenadora Terezinha (Política da Mulher) esclareceu que existem competências que
273 são do Estado, porém existem parcerias que não podem ser recusadas. Esse é um
274 Conselho da Mulher que é pontuado pelo respeito; as pessoas não devem ficar
275 intimidadas nas suas manifestações. Registrou ser fundamental considerar as falas das
276 Conselheiras Governamentais e também da Sociedade Civil. Afirmou que muitas das
277 ações frutíferas por ela já realizadas, foram resultantes de parcerias. Valorizando este
278 momento, a Conselheira Marli V. Mussulini (SEDS) historiou ser filha de pequenos
279 agricultores sendo do conhecimento de todos que o Paraná contribui muito com a
280 alimentação desse País. Apontou que nesse dia, comemora-se o “Dia do Agricultor” e
281 aproveitou para fazer um lembrete:- manter as nossas mulheres na agricultura e as
282 meninas na lida com melhorias. Jussara Fátima Ribeiro, da Emater, informou que nesta
283 data foi trazida uma realidade, porém o Governo mantém cerca de 1.000 extensionistas
284 no campo, na verdade uma ação que vem sendo aprimorada. No momento seguinte, a
285 Presidente Rafaela Lupion Cartergiani (Casa Civil) dirigiu-se ao plenário, colocando que
286 este Colegiado é um Conselho de Direitos que trata de uma Política importante. Solicitou
287 respeito e paciência, para que todas as Conselheiras possam manifestar-se debatendo
288 com civilidade e sem inibições. •**Relato das atividades da Câmara Técnica** Encaminhar
289 por e-mail, aguardando contribuições. •**Plano Estadual de Educação** Informou-se que



290 esse documento foi submetido a audiência pública. Objetivando trazer esclarecimentos
291 sobre esse assunto, foi dada a palavra à Professora Lirani Maria Franco, representante da
292 CNTE/APP- Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação. Trazendo as
293 experiência de acompanhar os Planos há anos, a visitante relatou que passou-se um
294 período de três anos e meio de debates dentro do Congresso. Mostrou-se entristecida
295 uma vez que após tudo isso por quem vivencia a educação, quando chega-se no
296 Parlamento, todo o debate construído cai por terra. No dia anterior, na Câmara de Curitiba
297 e Assembleia Legislativa, os problemas também ocorreram, parando em dois pontos;-
298 gênero e diversidade. Alguns Parlamentares votaram no direito, solicitando a retirada
299 geral dos termos. Sem dúvida, trata-se de um retrocesso e o argumento é que os
300 educadores iriam trabalhar em sala, com materiais que influenciariam a fazer "a sua
301 opção de sexualidade". Falas aconteceram e cartazes abordavam "não é ideologia de
302 gênero" e o argumento utilizado era a defesa da família. Biologicamente falando, o
303 homem faz a sua parte, desaparece e quem assume os filhos são as mulheres! O Plano
304 Estadual de Políticas para as mulheres foi aprovado no Paraná (2014-2016), não
305 passando pela votação da ALEP, mas passando pela Conferência. Aqui fala-se em
306 princípio legais; em Conselhos, fala-se em direitos, mas não é possível aceitar que não se
307 tenha um debate em defesa da cidadania. Nesse momento, a palavra foi dada à visitante
308 Marisa-Lobo (Mulheres empresárias) que apontou estar havendo um equívoco. Como
309 mulher, tem direito a saber como o seu filho será educado na escola, tem direito a saber o
310 significado de gênero e outras questões impostas pela Conferências, e pelo Congresso.
311 Afirmou que ao visitar esse Colegiado traz consigo o lado das famílias cristãs. De forma
312 veemente, comentou ter lutado para tirar o termo gênero visando realizar uma discussão,
313 sem imposições, estabelecendo um equilíbrio. Descobre-se que os Deputados foram
314 eleitos também pelas mulheres e aquelas que gostam de ser mães e cristãs devem
315 continuar lutando. Relatou que o seu trabalho é "caçar as Cartilhas que estão erotizando
316 as crianças com dinheiro federal". Investiu que é possível estar se levando o rótulo de
317 homofóbicos, pode-se falar também de direitos mas não se aceita os materiais que
318 erotizam as crianças, não se aceitam professores que praticam esse ensino, confundindo
319 sexualidade com pornografia, a partir do momento que a escola impõe. Na continuidade,
320 a Conselheira Rosalina Batista (ASSEMPA) manifestou-se, afirmando ser uma defensora
321 da educação e o direito de igualdade não passa por direito de sexualidade. Informou que
322 em Londrina, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher estará fazendo uma reunião
323 contra os vereadores, cujo conteúdo será depois repassado. Já a Conselheira Melissa
324 Colbert Bello, representante da SEED, divulgou atuar no Departamento de Diversidade
325 desde 2009. Sendo historiadora, acompanhou na História da Educação debates como
326 esse que vem ocorrendo desde a Idade Média. A lei do divórcio se instituiu e as famílias
327 estão aí. Desejou conhecer a origem desses materiais que estão causando tanta
328 polêmica, já que o conceito de gênero é diverso e no momento confunde-se gênero com
329 sexualidade. Considerou que muita informação não é processada e impactam num
330 trabalho difícil que é mudar uma cultura. Questionou que tipo de educação está gerando
331 milenarmente processos de violência. Propôs novos debates, com o devido
332 amadurecimento que o assunto requer. Presente no plenário, a Promotora de Justiça Dra.
333 Mariana Bazzo, Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero
334 (NUPIGE) apontou que essas cartilhas são uma violência à infância, é necessário
335 averiguar de onde elas saem, vendo se existe uma ligação direta com a palavra gênero.
336 Manifestou o interesse de conhecer esse material, inclusive para investigação criminal.
337 Foi informado que o Ministério Público conseguiu congregiar um conjunto de cerca de 20
338 normas, constituindo o que seria um arcabouço a ser encaminhado. Tudo isso revela um



339 processo novo que demanda mudança cultural. Caso seja retirado o termo gênero o
340 que sobrou no Plano, com relação às mulheres? Tomou posição a visitante Marisa Lobo
341 (Mulheres empresárias), afirmando que a igualdade foi mantida porém é necessário
342 sentar e discutir o quanto o processo foi prejudicado. À guisa de informação, comunicou
343 que faz parte de um grupo parlamentar voluntário e pretende colaborar. Lembrou a
344 Conselheira Josiane Vieira Guimarães (SEET), que o preconceito e a exclusão estão
345 tomando conta: são 26 metas e cerca de 330 ações e todos discutem um único ponto que
346 à igualdade de gênero. Destacou que discorda não ter sido aberta uma discussão,
347 enquanto o Plano estava sendo construído. Diante do exposto, a Conselheira Eliana
348 Maria dos Santos (CUT) informou ter feito parte do Fórum e também colaborou nas
349 Conferências. Depois de tantos debates, vem uma imposição fundamentalista. O termo
350 gênero foi criado na década de 80, para abranger outros tantos itens. Qualquer
351 eliminação, jogará por terra todo um aspecto legislativo: discutir na escola, mudará o
352 conceito de família. Solicitou que o Conselho aprovasse um documento, para que os
353 Deputados pudessem rever a retirada desses termos. Avaliando a sugestão, a
354 Conselheira Maria Lucia Vasconcelos (Rede de Mulheres Negras) pontuou que ao se tirar
355 o gênero e diversidade, tira-se também a igualdade de cada um. As famílias mudaram
356 bastante e a escola não constrói sozinha, completa sim o papel de educadora,
357 respeitando as diferenças. A Presidente Rafaela (Casa Civil) disse coadunar do
358 entendimento, que a sociedade propicia o respeito à história de cada um: o âmago é a
359 forma de fazer- Citou não considerar correto uma criança de 6 anos receber uma cartilha
360 com tal conteúdo e todos querem uma sociedade que trate com civilidade. É de se pensar
361 quando se irá introduzir tudo isso na vida das crianças? Algumas opiniões surgiram no
362 plenário, tais como :- as palavras gênero e diversidade estão nos Direitos Humanos.
363 Crianças sofrem estupros em casa, esses indicadores são a nossa realidade. Na década
364 de 70 foi dito que o homem poderia matar, em defesa da honra. Milhares que não tem
365 família são frutos da violência! Pedindo um espaço, a Conselheira Anacelie de Assis de
366 Azevedo (SINDIPETRO-PR/SC) garantiu ser uma satisfação participar dese grupo,
367 compartilhando com pessoas de tanta sensibilidade. Os direitos civis vem sendo
368 construídos na prática e perdeu-se uma oportunidade de estabelecer algo para a
369 sociedade. Foram postadas duas sugestões: - 1 °) elaborar um documento, repudiando
370 o rompimento com o processo democrático que são as Conferências. Não se quer ver
371 todo um trabalho jogado no lixo, por aqueles que foram eleitos. 2°) aprofundar no
372 Conselho os debates sobre gênero. De maneira oportuna, a Coordenadora da Política da
373 Mulher, Conselheira Terezinha B. Pereira Ramos mais uma vez cumprimentou o
374 Conselho pela abertura dada às visitantes, vozes podem se manifestar e serem
375 respeitadas. Fez um retrospecto da sua própria existência, sempre apoiada nos princípios
376 religiosos. A vivência foi acrescentando muitos conhecimentos, recebendo um aporte de
377 mulheres que nela desconstruíram qualquer tipo de preconceito. Ainda teve a
378 oportunidade de esclarecer que esse Plano foi encaminhado para os gabinetes de todos
379 os parlamentares. Pediu a palavra a psicóloga Maria Teresa Rosa (Agência do
380 Trabalhador), sugerindo que seja chamado um representante do Conselho Regional de
381 Psicologia, para ter sua participação nesse momento, pois tudo tem a sua ocasião e no
382 desenvolvimento humano não é diferente. Afirmou falar como mulher negra, que viu na
383 Educação o resgate da sua família. Garantiu que mais importante do que ouvir e fazer, é
384 saber como agir com aquilo que chega até ela. Lirani Maria Franco (CNTE/APP),
385 palestrante nessa oportunidade, mediou colocando que abrir o diálogo é fundamental,
386 porém existem coisas que vem ao longo da história. Tem feridas que precisam ser
387 expostas, para depois cicatrizarem. Onde fica a igualdade quando se tira o gênero?



388 Comentou alguns pontos do texto original e suas respectivas alterações. Realçou que a
389 APP está aberta e não é possível retroceder. Completando ainda a sua manifestação
390 anterior, a Coordenadora Terezinha P. Ramos remeteu com orgulho ao momento no qual
391 o Município de Maringá tornou-se referência no diálogo e respeito às diferenças.
392 Trabalha-se com o coletivo e no momento que o documento foi para a ALEP, perdeu-se a
393 ocasião de principal discussão. Seria oportuno iniciar essa construção pois passou-se do
394 momento de violência verbal entre as mulheres. Entre realidades complexas, a
395 Conselheira Regina B. Bley (SEJU) afirmou concordar com a Coordenadora Terezinha
396 quando diz que todos foram um coletivo e as posições necessariamente precisam ser as
397 mesmas. Assegurou que trabalha com promoção e defesa de direitos humanos e a luta
398 pela igualdade de gêneros é histórica! Mesmo comprometida, a Conselheira Regina Bley
399 assumiu não ter tido condições de se debruçar sobre todos os detalhes e não detectou
400 nenhuma intenção de incitar à erotização. Como professora e doutoranda em Educação,
401 afirmou que o papel da Escola é crucial. É ingenuo achar que a Escola só vai ensinar
402 conteúdo técnico:- o Plano tenta materializar e instrumentalizar os professores e a
403 diversidade existe dentro das nossas casas. Na verdade, o Plano se propõe e contribuir
404 para uma sociedade mais igualitária entre homens e mulheres. É fundamental um tempo
405 maior para debater e aprofundar. Com relação às cartilhas e materiais, que sirvam para
406 erotizar as crianças e que não sejam condizentes com a idade, avaliou que deverão ser
407 criminalizados. Atenta à sua missão, a Visitante Marisa Lobo comprovou ter lido a Lei
408 Federal- Art. 16 do Código Civil que dá competência à família. Relembrando tristes
409 episódios da sua vida quando sofreu discriminações e violências de toda sorte, a
410 representante das Mulheres Empresárias conseguiu reerguer-se através do estudo e da
411 vontade férrea. Segunda ela , a busca por uma religião acabou trazendo-lhe a PAZ e a
412 persistência tenaz na luta pelas mulheres. Na sequência, foi sugerido pela Conselheira
413 Eliana (CUT), que o vídeo referente à Marcha das Margaridas seja apresentado na
414 próxima reunião -APROVADO. Em seguida, a Presidente Rafaela Lupion Cartergiani
415 (Casa Civil)referiu-se ao conteúdo do ofício encaminhado pelo Conselho Estadual dos
416 Direitos do Idoso – CEDI/PR, que solicita informações sobre a existência de idosos no
417 Conselho da Mulher. O documento será devidamente respondido. Consciente da sua
418 responsabilidade, a Coordenadora Terezinha P. Ramos (SEDS) agradeceu as presenças
419 nessa plenária deixando patente sentir-se extremamente orgulhosa por integrar esse
420 Colegiado. Solicitou a elaboração de um documento, a ser encaminhado aos Escritórios
421 Regionais, com relação ao material das Conferencias, dando visibilidade ao Conselho.-
422 •APROVADO Da parte da Conselheira Eliana(CUT) veio a sugestão para a elaboração
423 de um documento dirigido à ALEP e Câmara Municipal, pleiteando um espaço para a
424 realização de debates. • Informes- 13º Congresso Estadual da CUT. • Marcha das
425 Mulheres Negras em 18/11. • Encerramento: A Presidente Rafaela encerrou a reunião
426 agradecendo a presença de todas. A presente Ata foi gravada e elaborada por Regina
427 Amasiles Rodrigues Costa, integrante da Secretária Executiva dos Conselhos/ SEDS,
428 digitada por Angel Steffani e depois de lida e aprovada será anexada à cópia da lista de
429 presenças, assinada pelas Conselheiras presentes na reunião e disponibilizada no site da
430 SEDS.